

# A moto-mecanização e a cavalaria

1.º Ten. MOACIR POTIGUARA

O problema da Motorização e da mecanização, para nós de CAVALARIA, se apresenta sob um prisma diferente do que para as outras armas, porquanto, não raro suscita comentários desagradáveis e profundas discordâncias de opinião.

Penso que, bem analisado o problema, não restarão dúvidas que permitam tais discordâncias. Procuraremos, abaixo, analisar alguns pontos que nos parecem interessantes e que podem trazer algum auxílio na solução do problema.

P — Quais as missões da CAVALARIA.

R — Informar, Cobrir e Combater.

P — Será que a adoção de elementos Moto-Mecanizados, veio prejudicar a execução dessas missões ou fez-nos perder a oportunidade de servir?

R — Não. Ao contrário, colocou nossa arma em plano superior, dando-lhe outros meios que permitem a execução das missões, vencendo o desequilíbrio criado com a aparição de meios cada vez mais potentes.

P — Quais as características da nossa arma?

R — Mobilidade aliada à Potência do Fogo

P — O emprêgo de elementos Moto-Mecanizados veio modificar as características da arma?

R — Não; continuam as mesmas, isto é: o princípio da Potência de Fogo aliada à mobilidade, "permanecem como condição essencial de rendimento da CAVALARIA".

P — Será que as qualidades exigidas para o bom desempenho das missões, diminuíram de valor para os Cavaleiros Motorizados ?

R — Não; continuam as mesmas: “audácia, desprezo ao perigo, disciplina, espírito de dever e de sacrifício, solidariedade — VIRTUDES de CAVALARIA”, e “um espírito de decisão ainda mais aguçado do que outróra” devido à rapidez cada vez mais crescente com que se podem apresentar e modificar as situações de combate.

Um saudoso Mestre em assuntos referentes à nossa arma, disse: “O Cavaleiro de hoje ,deverá ser dextro na prática de todos êsses **gestos novos**, e fiel ao seu **espírito de arma** possuirá o mesmo espírito esportivo e mordaz, a mesma alegria ,elegância e disciplina que seus antepassados testemunharam outróra em gestos agora fora de moda”.

P — Qual é, então, o motivo para tal grita sôbre êsse assunto, se até agora só temos mais encargos que nos enobrecem e benefícios para o fiel desempenho de nossas missões?

R — Êsse é o ponto crítico. Geralmente à voz de motorização, pensa-se logo que a adoção desses modernos meios de combate traria como consequência, o abandono completo, por nós oficiais de CAVALARIA, da “mais bela conquista” do homem. Se isso em verdade se desse, creio, seria fato digno de lástima, pois é sabido a formidável soma de qualidades morais que o trato do cavalo e a prática de uma equitação ousada, criam e aprimoram.

P — Qual seria a solução para as unidades moto-mecanizadas ?

R — Impõe-se, a meu ver, nas unidades desse tipo, a existência de um certo número de cavalos para que os oficiais se conservem “em fôrma” e cheios desse “élan” e dessa alegria sadia que se nota em todo o quartel de CAVALARIA.

P — Como poderão, os soldados e graduados, adquirir esse “espírito de arma” tão necessário à própria existência da CAVALARIA ?

R — A Educação Moral seria um auxiliar valioso para a consecução dêsse fim. O relato de feitos dignificantes de Cavaleiros de todos os tempos, far-lhes-ia compreender o modo uno de sentir e agir dos de nossa arma; além disso o exemplo dado pelos oficiais e uma série de pequeninos nada surgidos ou criados na vida do quartel e na instrução, completarão o todo da obra.

Conforme acabamos de ver, essa última parte pertence inteiramente ao oficial e de sua maior ou menor habilidade dependerá o vermos uma **Cavalaria Moto-Mecanizada** ou então, simplesmente, uma tropa que se utiliza de engenhos mecânicos mas sem nada de comum com a nossa Cavalaria, ou seja, forte, alegre, e sempre disposta a enfrentar e atacar o inimigo com todos os meios de que disponha.

Para concluir essa série de observações, submeto à apreciação dos colegas, as qualidades que, conhecido chefe militar e ex-oficial de nossa arma, deixou expressas em livro, como exigências para um oficial de Cavalaria:

“completo como infante, habil no manejo e no emprêgo das armas, perfeito como ciclista e motociclista, prático na condução de automóvel e no conhecimento do motor, senhor dos meios de comunicação, calmo e operoso como observador aéreo, topógrafo expedito... e sempre e cada vez mais, imbecável como **CAVALEIRO**”.

# THE LEOPOLDINA RAILWAY Co. LTD.



é a maior estrada de ferro do BRASIL fundada com capital estrangeiro e cuja rede de 3.086 quilômetros liga os estados de MINAS GERAIS, ESPIRITO SANTOS e do RIO DE JANEIRO com o DISTRITO FEDERAL.



Em 1939 esta Estrada transportou 26.416.518 de passageiros, e 1.835.592 toneladas de cargas e consumiu 277.212 toneladas de combustível nacional



*Viaje com Economia e Segurança nos Trens*  
**LEOPOLDINA**



# Instrução na Cavalaria

(Continuação)

Pelo Cap. JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO

## I

No número anterior deixamos demonstrado a necessidade da adoção de um programa único, geral ou básico (de período) para tôdas as unidades da mesma arma, fórmula prática de apresentação das determinações regulamentares atinentes à instrução nos corpos de tropa. Conquanto intuitivo, deixamos expresso que não se trata absolutamente de aplicar num corpo qualquer, o programa organizado especialmente para uma determinada unidade, o que constituiria absurdo, revelaria completa ignorância do assunto em causa. O que se impõe é justamente adaptar o programa único, geral ou básico a cada unidade da mesma arma, levando em conta os fatores gerais e locais que se lhe impõem à consideração. Portanto, não se trata do contrassenso de “copiar” um programa, e por “puro comodismo”, aplicá-lo indistintamente, por aí a fóra, a tôdas as unidades.

Não, o que se visa é, em vez de perder tempo, todos os anos, em “copiar” os mesmos objetivos, assuntos, métodos, processos, etc., cuidar de cumprir o que se acha estabelecido no “programa único” levando em conta, para execução, “apenas”, as possibilidades do corpo em cada ano.

Essas “restrições”, ao “programa único”, é que serão publicadas em boletim do Regimento, o qual, assim, ficará aliviado de toda a massa das disposições regulamentares, permanentes, terminantes, invariáveis, que não podem deixar de ser volumosas, “verdadeiros tratados de instrução”.

Baldado é procurar outro meio, tem que ser assim mesmo, pois se trata de trabalho complexo e não “problema de fácil formulação e solução, que se possa fabricar sobre a perna, em meia hora ou uma hora”.

E' como assinala o R. I. Q. T. (vêr ns. 12 e 14), um problema de comando e de pedagogia. Como poderá o Cmt. do Regimento “regular” a instrução de sua unidade, consultando o R. I. Q. T., o R. E. C. C., o R. I. S. G. e as “Diretrizes” dos generais, tendo em vista os diversos elementos heterogêneos a instruir, o estabelecimento do horário geral onde todos os tempos e trabalhos se engrenam para o funcionamento da máquina, e a justa repartição dos meios materiais, etc. etc., se não existir o correspondente “tratado” oficial, permanente? terá êle que dar-se irremissivelmente ao trabalho de organizar êsse “verdadeiro tratado”, todos os anos, e em todos os corpos que êle for comandar. E' necessário que o “programa” seja uma resenha de tudo que a respeito de instrução dispõem os diferentes regulamentos em vigor no Exército, **mas côordenado, seriado, ajustado**, sob o ponto de vista da aptidão para acionar a máquina. Assim sendo, serve para todos como um verdadeiro “**guia**” a-fim de seguir-se “com harmonia e unidade dentro do Regimento as pégadas regulamentares, tantas vezes antes emaranhadas que praticamente côordenadas”, permitindo “apreender de comêço, em conjunto a seriação a seguir no esforço para alcançar com seguridade um objetivo prático no labôr durante o ano”.

O Cel. T. A. Araripe, em trabalho publicado em número anterior desta revista, sob o título: **Organização da Instrução nos corpos de Infantaria**, **quadro anexo n. 31**, dá uma idéia de como devem ser organizados os “programas de instrução” nas unidades; evidentemente por mais que se reduza a exposição dos pormenores de tais assuntos, sempre surgirá “ver-

dadeiro tratado de instrução”. Agora pergunto eu: será que esse “compêndio”, uma vez posto em prática não terá “nenhuma objetividade” ou só dará resultado para uma determinada unidade, em determinado ano? Por que não aproveitá-lo também para tôdas as unidades da arma, a-fim de poupar aos Cmts. o trabalho de “copiá-lo” todos os anos ou fazê-lo semelhante?

O Cel. João Pereira de Oliveira, publicou — **“Um ano de Instrução no 13.º R.I. em Ponta Grossa — Paraná (936-937)**, também “verdadeiro tratado”, de 212 páginas, **trabalho objetivo e praticamente** realizado sob sua orientação.

Mas retrucarão muitos: êsse programa foi organizado especialmente para êsse regimento! Estou de pleno acôrdo, mas é porque ainda não existe “programa único” e como diz o autor, em seu prefácio, **“tantos e tão insistentes, porém, foram os pedidos que, desde então, recebi, de cópia, dêsses documentos, que acabei por acreditar na utilidade de sua divulgação pela forma como é feita agora”**.

Ora, naturalmente os que se interessavam por êsse trabalho, eram também Cmts. de outras unidades da arma, localizadas em regiões diferentes, lutando com dificuldades outras, mas que sentiam necessidade de uniformização na organização da instrução em sua arma, no mesmo Exército; certamente não desejavam aplicar a “cópia” dêsses diversos documentos aos seus regimentos, mas sim adaptá-la de acôrdo com suas necessidades e possibilidades.

Voltando à Cavalaria, além do trabalho por mim publicado (de 349 páginas), encontramos também sob a forma de “polígrafos” mimeografiados, o “conhecido” programa do Cap. Lélío Ribeiro de Miranda, outro “tratado” no assunto e que tem servido de “modêlo” a muitos programas ainda existentes hoje em dia...

Se olharmos época mais remota, 1922-1923, encontraremos também condensado em “compêndio” de 204 páginas — **“Um ano de Instrução dos quadros e da tropa no 4.º R. A. M., Itú — S. Paulo**, do insigne mestre, então Major Bertoldo

Klinger, brilhante figura de militar que deixou fama no Exército pelo valor de seus conhecimentos profissionais aliados a uma inteligência privilegiada e sólida cultura geral; a edição de 2.000 exemplares de seu trabalho foi rapidamente esgotada naquela época!

Este é outro exemplo frisante de que os artilheiros também de velha data reconheceram a necessidade da adoção de um “programa único” para tôdas as suas unidades, adaptando-o naturalmente à diversidade de suas condições.

Por fim, em escalão mais alto, abrangendo o conjunto das armas, justamente em nossos dias, os mais operosos Cmts. de Região e de Divisão, baixando as suas “diretrizes” de instrução, apresentam vastos “compêndios” que revelam a irreprimível necessidade da **unificação** dos programas, e que só poderão ser aliviados de tamanho volume quando tal volume existir permanente, em separado.

Mas o que é de ressaltar é que todos êsses “tratados” são muito “simples e de fácil manuseio, com sua matéria bem distribuída”, pois documentos dessa natureza vêm quasi sempre acompanhados de “índices”, “sumários” e “calendários”, onde qualquer, que não seja leigo no assunto, poderá com a maior **facilidade** e **presteza** “achar a parte da instrução” que lhe interessar.

Em geral, o que se observa na tropa, é que uns copiam o programa dos outros, e são justamente os bem intencionados, não com o intuito de empregá-lo tal qual, mas adaptá-lo sob medida à sua unidade. Nada mais espontâneo e racional; é a “**unidade de doutrina**” que surge automaticamente entre aqueles que cursaram as mesmas escolas, estudaram com os mesmos mestres e pelos mesmos livros. Desde que exista o programa único, oficial, cessará êsse recurso precário ao trabalho correspondente de lavras individuais; a fonte será uma única, a jorrar para todos. E só êsse documento ou tratado permanente, espécie de fator comum posto em evidência, é que socegará o justificado pavor ante os tratados que — sem êle — nunca poderá deixar de ser o programa de cada Regimento.



Quanto à forma de exposição da matéria em “quadros” ou não é problema ainda discutível e que deverá ser resolvido com a adoção do aludido programa. Parece de bons resultados, à primeira vista, o “modelo” de “quadros”, quando êstes deixados **em branco**, mas quando se tiver que enchê-los e juntar os inúmeros “quadros” relativos às várias categorias de instruendos do regimento, bem como os relativos à fiscalização da instrução e exames, e nesse “**album**” tivermos de procurar uma particularidade referente a determinado assunto, creio que não será tão leve, tão magro o volume e não será “fácil” ao interessado, como parecia, “achar o que se deseja”.

Não há, pois, motivos para alarme com o número de páginas do programa, o que é preciso sim, é que êle seja, na realidade, cumprido de fato e à “risca”, a-fim de evitar que, pela falta de fiscalização dos órgãos dirigentes — “os órgãos executantes, por sua vez, divorciem-se dêle e sigam a rotina dos anos anteriores na direção da instrução” ou aquela que acharem mais conveniente, “ferindo todos os princípios pedagógicos” e “improvisando suas sessões de instrução”. Aliás, semelhantes males, muito mais facilmente se verificam com programas “leves”, deficientes, apenas constituídos por algumas diretivas, pois êstes é que dão margem a “improvisações” de tôda espécie, por deixarem ao critério dos executantes a sua interpretação e desenvolvimento.

Precisamos convencer-nos que só há um exército e êsse é nacional; as unidades da mesma arma têm organização idêntica; a doutrina, os métodos, os processos, os objetivos e a matéria da instrução consignada nos regulamentos, tudo é constante para as unidades de cada arma; os “quadros”, cujo efetivo está geralmente fixado sôbre a base da necessidade mínima e bastante, vêm de recrutamento idêntico e uma vez “formados” devem estar em condições de difundir seus conhecimentos adquiridos em escolas oficiais, pois, que por efeito mesmo da seleção inicial e subsequente preparação, ficam praticamente homogêneos, mórmente por postos e funções, não devendo, portanto, haver preferências por êstes ou

aqueles instrutores, às quais no fim de contas sempre trazem desharmonia e os detestáveis “grupos” dentro do Regimento.

O “recrutamento” dos soldados é o mesmo para tôdas as regiões do país: voluntariado, sorteio, e algumas vezes engajamento (principalmente para especialistas e artifices); e o tempo de serviço dos elementos incorporados é de igual duração para todos.

Pouco importa que as “características” do instruendo sejam diferentes, segundo sua “habitação na montanha, na planície, no interior ou no litoral”; desde que sua saúde seja perfeita, comprovada pela inspeção médica, ao ser incorporado às fileiras, êle terá que receber **a mesma preparação, para a mesma guerra**. Caberá aos órgãos competentes fazer selecionamento por armas e serviços, e feito isso, o seu valor como instruendo deverá ser tomado, em média, como constante para a confecção do programa. A falta de homogeneidade física, moral e intelectual dos incorporados é, sem dúvida, um fator fixo a dificultar o complexo problema da instrução e diante do qual o Exército, a Nação, só podem contar com a perseverança, boa vontade e habilidade dos instrutores.

Tal falta é uma questão de dilatada envergadura, pois, é realmente nacional e para isso os regulamentos mencionam os “métodos” e “processos” que devem ser seguidos na execução da instrução, levando em conta tais elementos a instruir. Como se vê é questão puramente de “execução” de instrução e não de “preparação”.

Naturalmente que os mais “aptos” e “letrados” serão aproveitados, na distribuição dos recrutas, tendo em vista o princípio da especialização que deve ser levado em conta desde a incorporação, para que as diversas sub-unidades sejam desde logo equitativamente contempladas de acôrdo com as necessidades correspondentes.

O Cavallo que por sua vez é elemento essencial para instrução dos homens na nossa arma, com a falta também de homogeneidade, dificulta o curso normal de preparo dêles mes-

mos, bem como dos cavaleiros e o rendimento da arma. A Diretoria de Remonta do Exército encara a questão, procura fixar tipos de cavalos que pelas suas condições anatômicas assegurem rendimento uniforme. O que se observa, entretanto, é que em geral, com raras exceções, a cavallhada da cavalaria é bem "parelha". . . .

Resta, apenas, abordarmos a parte "material" de que dispõem os corpos, porque quanto "às condições climatéricas da região", sua influência não é considerada na elaboração do programa, é mera questão de adaptação de "horário" e nada mais, e só tem repercussão sobre os "planos semanais de trabalho" do cap..

As diferenças de meios materiais de que dispõem os corpos, é que obrigam os mesmos a adaptarem dessa ou daquela forma o programa único, tendo em vista executar aquilo que realmente é possível em tais ou quais circunstâncias.

## II

Igualmente deixamos esclarecida a confusão reinante acêrca dos diversos documentos regulamentares básicos da instrução dos quadros e da tropa, que realizam praticamente a unidade de instrução.

Por isso mostramos quais os documentos em que tem ação decisiva os "fatores" gerais e locais, a que a instrução deve atender; e finalmente dissemos ser de tôda conveniência o estabelecimento, também, de "modelos" dêsses diversos documentos (plano semanal, seção e ficha), a-fim de que reine uniformidade e por conseguinte mais facilidade na fiscalização e execução da instrução.

## III

Quanto ao "**programa — progressão**" de fase, tão falado entre nós, mas infelizmente raramente organizado e mais raramente executado na prática, apesar do nosso R. E. C. C. prescrever a sua confecção pelos Cmts. Esq., conti-

nuamos a pensar que é . . . muito mais racional, prático e real que êsse documento venha taxativo, preciso, com tôdas as determinações a respeito necessárias e bastantes, no próprio programa geral do Regimento; está êle por extenso nas disposições essenciais referentes à distribuição das matérias de ensino, selecionadas e seriadas através das fases e fases intermediárias. E isso é que representa o recurso decisivo para assentar a uniformidade do ensino e de sua progressão dentro do Regimento. Daí é que devem sair os "planos semanais" de trabalho do cap., que especialmente leva em conta, para cada semana, o grau de instrução atingida (ponto de partida), a aquisição de conhecimentos objetivada para a semana" (etapa a vencer)". Se assim não se fizer, o "**selecionamento**" e a "**seriação**" da matéria a ser ministrada no Regimento ficarão ao critério de cada Cmt. Esq. que terá a liberdade de interpretar desta ou daquela forma (e o assunto se presta bem para divergência de interpretações), com repercussão na uniformidade da orientação da instrução que deve existir dentro da unidade, onde o Cmt. é o único responsável pela sua execução.

Mas, alegarão muitos, tais programas uma vez organizados pelos Cmts, Esq. serão submetidos à consideração do Cmd. do Regimento, com 15 dias de antecedência, conforme preceitua o regulamento, para a devida "**aprovação**" prévia.

Ora, o tempo que o Cmt. do Regimento terá de gastar para uniformizar tais programas, de acôrdo com sua "orientação" ou com a de um dos programas que escolher por base, seria muito mais bem empregado se êle mesmo confeccionasse tal programa e distribuisse aos Esqs., aos quais seria por essa forma poupado o correspondente trabalho e o dissabor de verem alterado o programa de sua lavra, ou ainda de fazerem combinações prévias uns com os outros ou de advinharem o pensamento do Coronel.

No trabalho por mim publicado "**A Instrução na Cavalaria**" — "**Programa do 1.º período**" encontrarão os leitores os "**assuntos**" detalhados por fases e ainda fases intermediárias, (recurso de que dispõem os Cmts. de Regimento baseado no

regulamento, para alcançar objetivos intermediários aos de fim de fase), isto é, o **“programa — progressão” do Regimento**, com tôdas as matérias a serem ministradas, sem necessidade de “quadro”, nem de maiores dificuldades, pois, êsse **“programa”** nada tem a vêr com “fatores” gerais e locais a que a instrução está subordinada, porque a origem de tal documento é não só a abundância e complexidade da matéria a ensinar e a brevidade do tempo de que se dispõe para ministrar a instrução, como também a necessidade de atender ao 3.º grande objetivo geral a que a instrução está subordinada. — Necessidade de ter no mais breve prazo possível os recrutas em condições de fazer campanha, pois que a mobilização pode sobrevir a qualquer momento.

E' irracional, é ineficiência do sistema de trabalho, que o Cmt. do Regimento peça em seu programa os “objetivos” a serem atingidos em determinadas épocas, pelos Esqs. (idêntico para todos) e não distribua também a matéria **“selecionada”** e **“seriada”** para atingir a êsses objetivos. Uma cousa é função da outra:

Além disso, a organização de um **“programa — progressão”** por fases (4 meses e 2 meses) é um documento traçado em linhas gerais, contendo tôda a instrução que deve receber o homem e as unidades elementares; basta mencionar os assuntos detalhadamente, do princípio ao fim, mesmo porque todos os ramos da instrução devem ser tratados paralelamente, são todos importantes para o apresto da mobilização.

No “plano semanal” de trabalho do cap. é que haverá praticamente **“selecionamento”** e **“seriação”** das matérias, levando em conta os **“fatores”** gerais e locais de cada corpo, em cada ano, bem como o 3.º objetivo geral da instrução — **Mobilização no prazo mínimo**. De que serve por exemplo, o Cmt. Esq. riscar o “seu” quadro de “programa — progressão” por fase, enchê-lo por semanas, de maneira que no fim da 16.ª semana (fim da 1.ª fase) apresente tôda a matéria que deve ser dada, se esta “progressão” não representa exequibilidade, não traça de fato a realidade do ensino a ser

ministrado? E' como se costuma dizer na "gíria", uma verdadeira "tapeação", unicamente para entrar "com tal documento exigido no E. M. no determinado dia D, fixado pela autoridade fiscalizadora" (de documentos).

Bastará por exemplo, que haja mau tempo numa semana, para "degringolar" tôda a progressão das semanas seguintes; ou mesmo uma visita de autoridade, das que não estejam consignadas no calendário para a competente inspeção.

O "**programa — progressão**" por fases pode ser considerado documento fixo e serve, por conseguinte, para todos os anos, pois nele deve vir consignada a matéria necessária e mínima que pelos regulamentos importa dar ao homem e às unidades elementares; nada tem a vêr com "fatores" que intervêm na execução da instrução, nem tão pouco com pontos de vista diferentes dos órgãos de direção, ou com afastamentos temporários ou não dêstes órgãos.

Justamente para evitar êsses inconvenientes e que não haja solução de continuidade na orientação da instrução, apesar da endêmica descontinuidade dos comandos, é que êsse documento deve ser elaborado pelo próprio Regimento, cabendo então ao cap. "**grifar**" por ordem de **urgência** e **importância**, as partes que devem ser subdivididas pelas 16 semanas.

Êsse trabalho particular, sim, é que é obra do cap., e êle o faz para si, com o fim de facilitar a organização de seus sucessivos "planos semanais", "planos" êsses que representam na realidade a verdadeira "progressão" na execução. Essa "progressão" gradual e sucessiva, por semanas, essa, sim, é que está sugeita aos diversos "fatores" gerais e locais de cada corpo e por isso ao contrário do "programa — progressão" da fase, não pode ser fixo, tem de ser documento parcelado, sucessivo, variável.

Nada, pois, de confusões e de trabalhos redundantes de fazer "uma progressão por semana da matéria a ensinar, além dos quadros semanais de trabalho". Ao Cmt. Esq. não sobra tempo a desperdiçar, o tempo é pouco para que êle "seja como quer o R. I. Q. T. — o instrutor da sua sub-unidade, e não apenas o seu Cmt."

## IV

Abordaremos agora a particularidade de “**verificações**”, “**exames**” e “**inspeções**”, terminologia em que reina obscuridade, malgrado pretensos lampejos com vistas a iluminar o que a respeito dispõe o R.I.Q.T. e o “quadro” de “verificação da instrução” contido no R.E.C.C. 1.<sup>a</sup> parte, 1.<sup>o</sup> volume.

Começa por faltar ordem no “pelotão” de termos: “inspeções”, “exames”, “verificações”, “visitas”, “concursos”, “provas”, “revistas”, “apuração”, “apreciação”. Como se vê, é matéria que pede “**padronização**”.

A nosso vêr o termo genérico, que gramaticalmente define — o **de que se trata** — é “**verificação**”.

Ensina a velha experiência que, em todos os ramos da atividade humana, tôda autoridade que baixa uma ordem, uma diretriz, que prescreve um regulamento, um programa, tem o dever de “**verificar**” o respectivo cumprimento.

No caso da instrução militar, se a autoridade “**verifica**” a instrução no fim de período é o “**exame**”; se “**verifica**” em outra época, no decorrer de um período, é uma “**inspeção**”, é uma “**revista**”, é mesmo uma “**verificação**” momentânea, preestabelecida ou inopinada. De qualquer de tais atos é que resulta apuração, apreciação, ensinamento.

Não se compreende que o Cmt. Esq. não faça também “**verificações**”: se o mencionado “quadro” da “verificação da instrução” (do R.E.C.C.), só lhe consigna “**apreciações**”, fatalmente isso implica que para chegar às mesmas êle tenha feito “**verificação**”, pois só dela é que pode resultar aquele ensinamento.

Eis porque incluímos no nosso livro, pág. 255 e 226, “**verificações**” pelo cap., pelo menos no fim da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> fases intermediárias, no fim da própria 1.<sup>a</sup> fase e no meio da 2.<sup>a</sup> fase. E mais, — prevemos para o fim da 1.<sup>a</sup> fase (17.<sup>a</sup> semana), e para o meio da 2.<sup>a</sup> fase (4.<sup>a</sup> ou 5.<sup>a</sup> semana da fase), plano de trabalho especial na respectiva semana. Outras “ve-

rificações”, a critério do cap., não exigem nem justificam plano especial; serão mencionados no respectivo “plano semanal” corrente, declarado nele quais as “sessões” em que, em vez de matéria nova, terá lugar a “verificação” do ponto atingido. Para as “verificações” por parte dos escalões superiores, regularão as ordens por êles emanadas (programa do Cel., programa de fiscalização da instrução dos escalões superiores ao Regimento).

E' intuitivo que tais “verificações” quando não coincidirem com as regulamentares de fim de período (exames de período), não deverão fixar, inventar objetivos que queiram vêr atingidos em datas esporádicas: saberão enquadrar-se, cingir-se a “verificar” se está realizado aquilo que pelo programa deve na data da verificação em causa estar atingido.

Quando às fases intermediárias, que espontâneamente se impõem para verificações pelo cap., em tempo útil, de maneira a poder determinar providências para que no exame se chegue ao objetivo, também o programa define perfeitamente os objetivos que devem estar atingidos nas respectivas datas, e que importa justamente “verificar”.

## V

As idéias por mim expendidas no Trabalho — “a Instrução na Cavalaria” — bem como nos artigos desta Revista, que ao mesmo se filiam, são baseados nos regulamentos e estão dentro da doutrina do E.M.E. Mas combinando-as com resultado de meditação e experiência, de esforço e bôa vontade, apresento ao leitor pontos de vista pessoas, no legítimo uso da liberdade de pensamento que os regulamentos proporcionam, principalmente quando não estabelecem prescrições a respeito.

Daí o E.M.E. o mais alto órgão de fiscalização da “doutrina”, dos “métodos” e dos “processos” de guerra e de instrução, permitir a publicação dêsses modos de vêr, a-fim de que sejam livremente ventilados, para melhor espírito de colaboração e de unidade de opiniões, sem entretanto opinar



ou associar sua responsabilidade. Fôra disso, o E. M. E. cairia em ominosa, retrograda centralização, estagnaria a circulação de idéia no Exército, mataria os estímulos, os esforços.

Estou bem certo de que minhas idéias pessoaes não hão de pôr em perigo os novos regulamentos em vigor no Exército nem dispersar a Cavalaria...

Ao finalizar o presente artigo nutrimos a esperança de ser-nos concedido noutra ocasião o espaço para também oferecermos exemplo ou modelo de "plano semanal", "sessão" e de "ficha" "para que nossos camaradas possam ter uma idéia de como quer o R.E.C.C. que se façam".

Esses três problemas são abordados no 2.º volume do nosso livro, a sair brevemente.

---

---

## O molejo dos carros de 1941

Poucas coisas há que valorizem tanto um carro, no conceito dos automobilistas, quanto o seu molejo. Detalhe oculto à primeira vista, êle se faz sentir, entretanto, em tôda a sua importância, mal o carro inicia a sua marcha... Daí a justa preocupação dos fabricantes com êste característico básico. Ford, por exemplo, para 1941, oferece um novo tipo de molejo que tem merecido os mais favoráveis conceitos. Para isto, seus fabricantes introduziram nêstes novos modelos, novas molas, mais macias e sincronizadas, de ação lenta; estabilizador de marcha com gemelos oscilatórios e grandes amortecedores hidráulicos, de dupla ação, ajustáveis, obtendo, em consequência, um conforto de marcha digno de menção. E a preferência que o público tem dispensado ao novo Ford é bem um índice de que tanto aperfeiçoamento não foi à toa...